



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 09ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No dia 13 do mês de Junho de 2019, 13h30min, no Auditório do Conselho Estadual de
2 Saúde, localizado na Avenida Borges de Medeiros, 1501/9º andar, reuniu-se o Plenário do
3 CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: 1º) Conferência Estadual de Saúde –
4 Avaliação, Relatório das Propostas e Delegação; 2º) Avaliação da 16ª Plenária Estadual
5 de Conselhos de Saúde e Ações de Defesa do Controle Social. **Titulares:** Claudio
6 Augustin (CUT-RS), Alcides Pozzobon (AHRGS/FEHOSUL), José Hélio (GAPA-RS), Jairo
7 Tessari (Fed. Stas. Casas), Alfredo Gonçalves (CUT-RS), Itamar Santos (FETAPERGS),
8 Lucia Diefenbach (SINDSEPE/RS), Irene Prazeres (SINDIFARS), Melissa Dornelles
9 (CRP-RS), Elpidio Borba (CGTB), Zilá Cohen (AGAFAPE), Milton Brasil (FETAG), Leila
10 Ghizzoni (EMATER-RS), Melissa Dorneles (CRP-RS), Eni Bahia (CNBB), Ivarlete França
11 (FGSM), Ana Costa (SES), Ana Maria Valls (AGAPAN-RS), Vera Leonardi (CREFITO-5),
12 Marta Grecellé (ASSTEPLAN-RS), Adrielle Flores (SIMERS), Tuane Vieira (CRESS),
13 Rodrigo de Castro (UFRGS), Leandro Lopes (Corsan), William Alves (COSEMS), Carlos
14 Alexandre (FIERGS). **Suplentes:** Sandra Schmitt (MS), Carolina Gualdi (SINDSEPE-RS),
15 José Severino Becker (FRACAB), Juliana Nunes (FETAG-RS), Karina Ziege (FCD),
16 Bruno Naundorf (SES), Iride Cristofoli Caberlon (SERGS), Jéssica Schorer (CRP). O
17 presidente do CES-RS, Claudio Augustin (CUT-RS), dá início a sessão plenária e convida
18 a Secretária Estadual de Saúde, Arita Bergmann, para se juntar à mesa diretora. Os
19 conselheiros votam a aprovação da ata número seis. Ela é aprovada com uma abstenção.
20 A ata número sete é encaminhada para votação. Ela também é aprovada com uma
21 abstenção. A entidade FETAG-RS altera o seu representante para compor o conselho:
22 Milton Brasil continua ocupando a vaga de titular enquanto Juliana Nunes é a nova
23 suplente. O COSEMS-RS indica a Assessora Técnica em Atenção Básica, Gabriela
24 Delanoy para a Comissão Permanente de Assistência Farmacêutica. O Comitê Estadual
25 de Enfrentamento à Tuberculose indica, por sua vez, Neusa [sobrenome não foi informado
26 no áudio da gravação da plenária], e para suplente Luiz Guilherme Belleti. A entidade
27 FARSUL, por sua vez, encaminha Maria Costa Rodrigues para ser Conselheira Suplente
28 do CES/RS. A pauta agora é a 8ª Conferência Estadual de Saúde. O presidente Claudio
29 Augustin faz uma breve explicação sobre o número de delegados que o Conselho
30 Estadual de Saúde tem direito para compor a 16ª Conferência Nacional de Saúde, são
31 140 delegados, de acordo com ele. O presidente explica que após uma delimitação do
32 número de pessoal que foi eleito e homologado, detectou-se alguns problemas. “Tinha
33 uma trabalhadora de saúde que é realmente deste segmento, mas que havia se inscrito
34 como prestadora de serviço, assim que este fato foi constatado, ela foi excluída e
35 comunicada oficialmente”, afirma. Claudio também declara que as vagas de gestor e
36 prestador para membros do CES/RS foram ocupadas por duas candidatas: Sandra
37 Schmitt, MS, e Leila Ghizzoni, da EMATER. Não houve candidatos eleitos e, então, esses
38 foram para o segmento de usuários/membros do CES/RS. Augustin informa também que
39 a coordenação da Conferência Nacional de Saúde pediu que o Conselho Estadual
40 indicasse um relator do Rio Grande do Sul que tivesse sido da Coordenação da
41 Conferência Estadual. Desta forma, os membros da Estadual que trabalharam na relatoria
42 decidiram que Sandra Schmitt seria a relatora representando o Rio Grande do Sul. Ao ser
43 indicada a relatora, Sandra não pode ser delegada por conflito de interesses, então, ela

44 deixou de ser delegada e passa a representar o Rio Grande do Sul na relatoria. “Isso
45 acabou abrindo uma vaga, e como não tinha gestor, essa vaga foi remanejada para a
46 categoria de trabalhador do SUS, na categoria de Suplente e também membro do
47 CES/RS”, afirma Augustin. A mesa diretora agora debate as propostas da 8ª Conferência
48 Estadual de Saúde. O presidente comenta sobre duas propostas que, possuindo
49 conteúdos repetidos, foram unificadas. Elas se referiam à luta social contra a Reforma da
50 Previdência. O presidente ainda informa que 27 grupos rejeitaram uma proposta
51 específica denominada “incentivar o uso de comunidades terapêuticas”. Augustin declara
52 que houve um erro e que essa proposta não foi registrada como rejeitada no sistema, mas
53 a mesa diretora já está imediatamente propondo a correção deste fato. Claudio chama
54 atenção para uma última questão, desta vez, de mérito. “Tem uma proposta que teve
55 aprovação de grupos e que propõem a contratação de uma auditoria independente e não-
56 governamental para os recursos de transferência da União e do Estado para os
57 municípios”, afirma. Ele diz que não há possibilidade de suprimir esta proposta ainda que
58 ela seja completamente inconstitucional. Ele explica que a tradição é aprovar as
59 propostas da conferência para que depois elas possam ser usadas pelo CES-RS para
60 depois virarem referencial e serem defendidas no Plano Estadual de Saúde. Claudio
61 repete a sugestão que fez na reunião da mesa diretora pela manhã que é excluir esta
62 proposta inconstitucional das propostas aprovadas pelo CES-RS. A correção do erro de
63 registro da proposta das ‘comunidades terapêuticas’ é colocada em votação. Ela é
64 aprovada com unanimidade. A aprovação do conjunto do relatório da Conferência com a
65 exclusão da proposta inconstitucional específica é colocada em votação. Ela é aprovada
66 por unanimidade. O presidente Claudio agora faz uma avaliação geral sobre a 8ª
67 Conferência Estadual de Saúde. “No meu entendimento foi a maior e a melhor
68 conferência, as fotos que nós temos indicam que tinham em torno de três mil pessoas na
69 abertura do evento e nos quarenta grupos do sábado e domingo não tinha cadeira
70 sobrando”, declara. Jairo Tessari, Fed. Stas. Casas, diz que concorda com todas as
71 observações anteriores de Claudio e destaca um documento de autoria de um usuário do
72 SUS, proveniente de Santa Rosa, ele afirma que neste documento, este usuário faz uma
73 observação parabenizando a conferência, informando que ela foi muito bem organizada e
74 de que ele havia saído muito satisfeito. Jairo destaca a presença da Secretária Estadual
75 de Saúde na 8ª Conferência e também parabeniza a conferência e revela que em todos
76 os anos anteriores, não havia visto um evento tão numeroso e participativo como ocorrerá
77 nesta última edição. “Em nenhuma conferência anterior nós tivemos uma participação tão
78 efetiva do gestor estadual, da Secretária, dos seus dirigentes, estavam todos lá e
79 colaborando conosco”, conclui. Irene Prazeres, SINDIFARS, comenta sobre as
80 dificuldades envolvendo o credenciamento e o espaço com relação à sala de solução de
81 conflitos, mas, ao mesmo tempo, ela ressalta a magnitude do evento. “Nós realizamos a
82 maior conferência do Estado do Rio Grande do Sul, mais de quatrocentos municípios
83 realizaram suas Conferências Municipais de Saúde, nós tivemos uma grande
84 participação”, afirma. Elpídio Borba, CGTB, diz que se sente contemplado pelas falas
85 anteriores dos colegas e diz que a 8ª Conferência foi muito significativa, ele explica como
86 foi o processo de inscrição dos delegados, no qual participou ativamente. “A conferência
87 foi maravilhosa e isso serviu muito como aprendizado, a gente pode fazer ainda melhor e
88 tem a obrigação de fazer melhor”, conclui. A Secretária Estadual de Saúde, Arita
89 Bergmann, cumprimenta o Presidente e a Mesa Diretora, ela diz que é muito prazeroso
90 participar deste espaço do controle social, que é o de deliberação das políticas públicas e
91 de fiscalização. “Eu não poderia deixar de estar presente hoje, aqui onde estamos
92 avaliando essa que foi a maior Conferência Estadual de Saúde já realizada no Rio Grande
93 do Sul”, declara. A secretária diz que a gestão esteve presente porque acredita na
94 participação do controle social no SUS e que a equipe não mediu esforços desde o
95 planejamento, com a participação ativa da servidora Ana Mejolaro da equipe da

96 Assteplan, também representada pelo nome da Diretora Marta. A Secretária faz um fala
97 sobre a viabilização das viagens aéreas para a Conferência Nacional através da
98 Secretaria Estadual de Saúde do RS. Arita dá os parabéns para o Conselho Estadual de
99 Saúde: “Se houve uma grande mobilização é porque todas instituições continuam
100 acreditando que a Conferência é um espaço legítimo garantido por lei de participação de
101 todos os segmentos para deliberar sobre as prioridades na área do SUS”, conclui. A pauta
102 agora é a formação de uma comissão para organizar os critérios de balizamento para a
103 construção de uma rede de apoio complementar ao SUS. A Secretária Estadual de
104 Saúde, Arita Bergmann, faz uma fala introdutória. Ana Costa, SES, elucida o processo de
105 formação desta comissão. A Secretária Estadual de Saúde realiza uma fala sobre a
106 paridade desta comissão. Elpídio Borba, CGTB, saúda a iniciativa enquanto membro da
107 Comissão de Fiscalização e realiza uma fala sobre os casos registrados pela fiscalização
108 onde o Hospital Regional de Santa Maria é um dos maiores exemplos. Ivarlete França,
109 FGSM, saúda a presença da secretária e clarifica sobre a importância dos instrumentos
110 de transparência e fiscalização, elementos que precisam estar presentes nesta Comissão,
111 em sua opinião. Os que se voluntariaram para participar desta comissão foram: Irene
112 Prazeres, João de Deus, Elpídio Borba, Alcides Pozzobon, Vera Leonardi e Adriele Flores.
113 A Secretária Estadual de Saúde realiza dois informes: 1) A regularidade dos
114 pagamentos/dos incentivos tanto dos hospitais quanto e das prefeituras; 2) Negociação
115 do pagamento da dívida aos municípios relativos ao ano de 2014 até 2017. Essa dívida
116 estava empenhada e liquidada em 162 milhões de reais. “Depois de cinco meses de
117 análise sobre a questão financeira, nós conseguimos programar uma cota extra-mês de
118 13 milhões e meio a 14 milhões para poder pagar o passivo dos municípios”, afirma. Arita
119 Bergmann entrega para o Presidente Claudio Augustin a relação dos municípios que
120 receberam, no dia de ontem, estes quatorze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil
121 reais de 2014 a 2017. O plenário do CES-RS aplaude. Zilá Cohen, AGAFAPE, questiona
122 se está sendo feito a fiscalização deste trabalho para onde o dinheiro está sendo
123 encaminhado. “Isso é muito importante, porque mandar o dinheiro é uma coisa, fiscalizar
124 para saber se ele tá sendo empregado no que é devido é outra, daí eu não sei”, diz a
125 conselheira. Arita Bergmann afirma que a fiscalização desses recursos é de
126 responsabilidade dos Conselhos Municipais de Saúde. A Secretária Estadual de Saúde
127 sugere que o CES-RS oficie para os Conselhos Municipais dizendo que houve este
128 pagamento e que ele observe duas coisas: primeiro se ele não interrompeu nenhum
129 programa incentivado pelo Estado e onde serão colocados estes recursos. “Os municípios
130 podem compensar o que eles usaram de recurso próprio do tesouro municipal porque não
131 interromperam o SAMU, por exemplo, então, a prefeitura botou dinheiro seu, essa é
132 minha sugestão”, declara. João de Deus, Fracab, faz uma fala sobre a importância da
133 defesa e da manutenção do serviço do SAMU. Claudio Augustin, CUT-RS, questiona
134 sobre um dos dados numéricos e aponta um possível erro de digitação. O Presidente
135 também relembra que ainda há um valor de quatrocentos milhões que não foram
136 empenhados para os municípios. Arita sugere que se encaminhe por meio digital também
137 este relatório e diz que a gestão assumiu o governo com um passivo de um bilhão, cento
138 e vinte e cinco milhões de reais. “Nós colocamos isso na conferência, uma parte de
139 duzentos e sessenta milhões para os hospitais, duzentos e dezessete milhões com
140 medicamentos e quatrocentos e oitenta milhões não empenhados com as prefeituras”,
141 afirma. A secretária afirma que a gestão está com tratativas não só com a Secretária da
142 Fazenda para localizar onde é possível empenhar, uma vez que o orçamento deste ano
143 precisa ser cumprido com a programação orçamentária do exercício, para que não se caia
144 novamente em pendências. “Duas alternativas foram colocadas: uma foi o decreto do
145 Governador Sartori com relação ao CADIN/RS das Prefeituras de um modo geral e poder
146 fazer um encontro sobre as contas, que acabou não se viabilizando”, diz Arita. A
147 secretária faz uma fala sobre o COSEMS não ter aceito a possibilidade de usar esses

148 créditos da saúde para compensar possíveis situações das prefeituras em relação às
149 pendências que as levaram para o CADIN/RS. A Secretária afirma ainda que, se melhorar
150 a arrecadação, será possível possuir mais orçamento para poder empenhar essas
151 pendências. “Eu vou trazer para a mesa, que nós vamos rever alguns incentivos, de
152 Prefeituras e de Hospitais e o Conselho Estadual está sendo chamado para participar e
153 compor essa avaliação porque talvez nós tenhamos que ter critérios tão objetivos, tão
154 transparentes e necessários que vamos mudar a atual configuração”, diz ela. O
155 Presidente Claudio Augustin, CUT-RS, diz que o Conselho está à disposição para
156 participar da discussão. Itamar Santos, FETAPERGS, realiza uma fala sobre a 16ª
157 Plenária Estadual de Conselhos de Saúde e sobre a participação e efetividade dos
158 conselheiros, principalmente da região Metropolitana. Itamar destaca o encaminhamento
159 que a 16ª Plenária Estadual realizou no sentido de defender os Conselhos Municipais,
160 especificamente de Caxias e de Porto Alegre, dos desmontes que vem sofrendo. O
161 Presidente Claudio Augustin, CUT-RS, faz uma avaliação sobre a 16ª Plenária. “Nós
162 discutimos a necessidade de realizar um processo bastante rápido neste momento porque
163 em meados Agosto vai o PPA [Plano Pluri Anual] para a Assembleia Legislativa e nós
164 temos que ter, no mínimo, uma moção do que está sendo formatado pelo conjunto do
165 Estado”, declara. O presidente afirma que é necessário gente suficiente para estudar as
166 regiões, organizar as discussões e produzir as necessárias articulações. Jairo Tessari,
167 Fed. Stas. Casas, elucida sobre o PPA e sobre as todas as regiões de saúde inseridas
168 nas macrorregiões. O presidente faz uma fala sobre o Plano Estadual de Saúde (PES) e
169 sugere que o PPA seja “cópia do Plano Estadual de Saúde”, ele defende o planejamento
170 ascendente. Marta, da Assessoria de Planejamento da Secretaria da Saúde, elucida sobre
171 os prazos do PPA e informa que ele entra no dia primeiro de Agosto na Assembleia
172 Legislativa. José Severino Becker, FRACAB, questiona sobre os trinta planos que estão
173 sendo elaborados, um para cada região e quando eles estarão disponíveis para que
174 comecem a ser discutidos. O presidente Claudio Augustin afirma que o prazo é no final
175 deste mês de Junho. Claudio também informa que a Mesa Diretora do CES-RS sugeriu
176 convidar o Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre para uma reunião para tentar
177 reduzir os atritos e fazer o trabalho de conciliação e mediação. Jairo Tessari, Fed. Stas.
178 Casas, destaca que Caxias e Porto Alegre são alguns dos municípios de maior
179 importância, que já tiveram atuações extremamente importantes, mas que está
180 claramente sendo inviabilizado. O presidente realiza uma fala conclusiva sobre a defesa
181 do Controle Social destes municípios. José Hélio, GAPA-RS, realiza uma fala sobre os
182 problemas enfrentados pela maioria dos conselhos e cita o seu exemplo como Presidente
183 do Conselho de Direitos Humanos da Cidade. Irene Prazeres realiza uma fala conclusiva
184 sobre a defesa do Controle Social. Nada mais havendo tratar, Cláudio Augustin,
185 presidente do CES/RS encerra a plenária. Eu, Iury Casartelli, lavrei a presente ata que,
186 após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 05 de julho de
187 2018.
188

Claudio Augustin
Presidente do CES/RS

Itamar Silva Santos
Vice-Presidente do CES/RS